JORNAL DO CAMPUS

WWW.JORNALDOCAMPUS.USP.BR
instagram @JORNALDOCAMPUS
facebook.com/JORNALDOCAMPUS
twitter @JORNALDOCAMPUS
ANO 41 – Nº 539
MAIO 2024
Produzido por alunos de Jornalismo da ECA-USP

ALESSANDRA UENO [FOTO]

No esporte universitário, inclusão trans bate na trave p.15

UNIVERSIDADE **Alvo de debate, banca contra fraudes raciais recebe apoio de coletivos** p.4

CIÊNCIA

USPernilongo

Focos de dengue ao redor do campus preocupam comunidade p.13

EM PAUTA

Contagem controversa

Ato bolsonarista: estimativa de grupo da USP revela embate entre Universidade e extrema-direita p.8 e 9

90 ANOS

O que mudou?

USP segue com conservadorismo "de berço", dizem historiadores p.11

UNIVERSIDADE

Trotes universitários permanecem nos campi

Denúncias inéditas reveladas pelo **JC** indicam que práticas violentas na recepção de ingressantes nas unidades de Piracicaba, Lorena e Ribeirão Preto ainda ocorreram em 2024 p.5

Nesta edição: suplemento **claro!**

OMBUDSMAN

Bom jornalismo precisa estar acessível

MATEUS NETZEL*

Ao aceitar o convite para escrever esta coluna, recebi a última edição a ser avaliada em PDF, e não como um link para o site, como esperava. Curioso, logo fui atrás das edições anteriores para saber o que escreveram os que me antecederam neste espaço.

Tomei um susto ao acessar a homepage do **Jornal do Campus** e ver que não trazia nenhum texto da última edição nos destaques principais. O bloco chamado "Em alta" apresentava a agenda de eventos culturais de julho de 2023. Só no terceiro bloco de notícias apareciam as chamadas para as publicações da edição mais recente.

Encontrei o índice de edições anteriores ainda menos atualizado. A mais recente é de junho de 2023. Esse descuido com o principal meio de acesso do leitor aos conteúdos já publicados no **JC** invalida muito dos esforços dos alunos jornalistas. O bom jornalismo está calcado na relevânciae no interesse público. E não há dúvida quanto à relevância dos temas abordados na última edição do **JC**.

A equipe foi muito feliz na seleção das pautas. Todas abordaram temas importantes para a comunidade da Universidade de São Paulo (USP). As reportagens sobre os preços de moradia no entorno da Universidade, a presença do comércio informal no campus, os casos de violência e problemas de acessibilidade trouxeram um mix equilibrado de informações objetivas e relatos de entrevistados.

Mesmo as pautas mais leves trouxeram informações interessantes, como o hábito de leitura dos uspianos e a tradição da ceia de Natal na moradia universitária.

A reportagem principal, sobre o Hospital Universitário, abordou pontos críticos como a falta de funcionários e as restrições à comunidade doentorno da USP. Sofreu por não ter conseguido entrevistar algum funcionário mais graduado, que pudesse explicar melhor as dificuldades do ponto de vista da administração.

No entanto, tudo isso ficou à disposição de poucos leitores por um curto período na versão impressa e agora só está disponível para os muito determinados a vasculhar o site ou os sistemas de busca.

O bom jornalismo precisa estar acessível para ser relevante. Desconheço os números de acesso online e de tiragem impressa do **JC**. Mas suspeito que as reportagens serviriam muito melhor à comunidade USP se divulgação nos meios digitais fosse feita com mais cuidado.

Restringir o acesso ao **JC** à sorte de trombarcom uma pilha de exemplares espalhados pelo campus é um desperdício do bom trabalho realizado pela equipe. Perdem os alunos, perde o jornalismo e, principalmente, perdem os leitores.

*** Mateus Netzel, jornalista formado pela USP, é diretor-executivo do jornal digital *Poder360*.**

EDITORIAL

Para onde podemos levar a USP?

A primeira edição do **Jornal do Campus** em 2024 nasce com o compromisso de pensar a Universidade de São Paulo e o espaço do **JC** dentro dela. A greve geral pela falta de professores que parou a USP no segundo semestre de 2023 trouxe um debate intenso sobre a natureza e a finalidade do jornalismo praticado pelos alunos e professores que fazem este Jornal. Como o despertar observado no ano passado, as pautas desenvolvidas aqui não se resumem a simples relatos, mas buscam também questionar e refletir sobre questões que interessam àqueles que vivenciam a Universidade.

Se há informação, há mais chances de que a comunidade que frequenta os campi possa se organizar e participar mais efetivamente dos espaços onde as decisões são tomadas na USP, processo que muitas vezes parece acontecer à revelia de estudantes, funcionários e professores. Por que alterar as rotas dos ônibus circulares sem consulta pública? Como a autonomia universitária será impactada pela reforma tributária? A Universidade pode ser um exemplo de inclusão de atletas trans no esporte? Perguntas como essas dizem respeito a acontecimentos recentes que afetam a todos e orientam o trabalho das pessoas que fizeram esta produção.

Além disso, duas efemérides atravessam o caminho desta edição: os 60 anos do Golpe Militar de 1964 e os 90 anos da fundação da USP. A primeira remete a um momento da história que teve o movimento estudantil como um símbolo de esperança. A ditadura deve ser lembrada para que não aconteça nunca mais. Uma universidade que teve alunos e professores assassinados e perseguidos não pode se dar ao luxo de esquecer.

Quanto aos 90 anos da Universidade, o posicionamento do **JC** tem o compromisso de não ecoar uma comunicação de caráter puramente institucional. Elogios ao desempenho acadêmico e à importância da USP para o Brasil e para o mundo são relevantes, mas o **Jornal do Campus** não pode limitar-se a eles. Ao olhar para as nove décadas de história da Universidade, a comunidade deve saber de onde ela veio e para onde pode ser conduzida.

CHARGE

CAIO ANDRADE

SIGA E PARTICIPE!

/jornaldocampus

Universidade de São Paulo* – Reitor:** Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora:** Maria Arminda do Nascimento Arruda. ***Escola de Comunicações e Artes* – Diretora:** Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor:** Eduardo Monteiro. ***Departamento de Jornalismo e Editoração* – Chefe:** Luciano Guimarães. **Chefe Suplente:** Wagner Souza e Silva. ***Jornal do Campus* – Professores responsáveis:** Rodrigo Pelegrini Ratier, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. ***Redação* – Secretaria de Redação:** Caio Andrade e João Pedro Abdo. ***Editoria de Arte* – Editora:** Júlia Galvão e Julia Estanislau. **Arte:** Ester de Brito, Caio Andrade, Júlia Galvão, Julia Estanislau, Maria Fernanda Barros, Raquel Tiemi e Tulio Gonzaga. ***Editoria de Fotografia* – Editor:** Nicolas Vaz Coelho. **Fotógrafos:** Alessandra Ueno, Beatriz Pecinato, Billie C. Fernandes, Caio Andrade, Camilly Rosaboni, Cecília de O. Freitas e Julia Ayumi Takeashi. ***Editoria Online e Redes Sociais* – Editora:** Julia Ayumi Takeashi. ***Opinião/Diálogos* – Editor:** Luana Takahashi. **Repórter:** Cecília de O. Freitas, Júlia Moreira, Mariana Rossi e Nicolas Vaz Coelho. ***Universidade* – Editores:** Cecília de O. Freitas e Ingrid Gonzaga. **Repórteres:** Camila Sales Machado, Ester de Brito, Ingrid Gonzaga, Julia Ayumi Takeashi, Maria Fernanda Barros, Raquel Tiemi e Tulio Gonzaga. ***Em Pauta* – Editora:** Beatriz Pecinato e Raquel Tiemi. **Repórteres:** Alessandra Ueno, Gustavo R. da Silva, Julia Ayumi Takeashi, Julia Estanislau, Júlia Galvão, Julia Moreira e Luana Takahashi, . ***Cultura* – Editora:** Bárbara Bigas. **Repórteres:** Carolina Sena, Suelyton Viana. ***Esporte* – Editora:** Mariana Rossi. **Repórter:** Bárbara Bigas, Camilly Rosaboni, Ingrid Gonzaga e Tulio Gonzaga. ***Ciência* – Editora:** Alessandra Ueno. **Repórteres:** Beatriz Pecinato, Bárbara Bigas, Gabriel Bussolotti Silveira, Gustavo R. da Silva e Mariana Rossi. **Endereço:** Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão:** XXXXXX. O ***Jornal do Campus é produzido pelos alunos do 5° semestre do curso de Jornalismo Noturno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: Jornal do Campus e Laboratório de Fotojornalismo.

LUANA TAKAHASHI [EDITORA]

Sucesso no TikTok, aluna mostra resistência de periféricos na USP

Estudante do IME viraliza ao gravar sua realidade, que se divide entre a Universidade e a favela de Pedreirinha

CECÍLIA O. FREITAS E MARIANA ROSSI
[REPORTAGEM]

Paredes cor-de-rosa com pôsteres de filme, cama arrumada, uma estante com livros, maquiagens e canetas coloridas: foi em seu quarto, cenário propício para uma festa do pijama em clima de "papo de garotas", onde Luana Nascimento recebeu a equipe do **Jornal do Campus**. Faz sentido, afinal é exatamente esse tom de proximidade que ela traz para os seus 430 mil seguidores no TikTok. Na plataforma, ela mostra um pouco do seu cotidiano em casa com a família, na Universidade e no estágio. Os temas que ela aborda em seus vídeos, porém, são menos românticos.

Luana, ou @luhclaro nas redes sociais, tem 23 anos. Ela foi criada na favela de Pedreirinha, em Mauá, região metropolitana de São Paulo, e é a primeira da família a ingressar no ensino superior. A aluna de Estatística na Universidade de São Paulo (USP) já produzia conteúdo para o TikTok mostrando a vivência na moradia estudantil, até que em dezembro de 2023 um de seus vídeos viralizou. Ela conta que ele, na verdade, era um desabafo: "Filmei a favela do alto da minha laje para mostrar a vida de uma pessoa periférica que estuda na USP", descreve. "Era Natal e eu e minha mãe não tínhamos o que comer em casa. Ficamos muito mal e eu não aceito essa situação de desigualdade."

O TikTok foi uma virada de chave na vida da estudante. Com vários vídeos de sucesso na plataforma, ela passou a chamar atenção de marcas, jornais e personalidades locais, que se sensibilizaram com sua história. Com a possibilidade de monetizar seu trabalho online, ela separa um dia da semana para gravar seus vídeos: "É bem difícil conciliar. Estou me desdobrando em várias para lidar com a faculdade integral, com um estágio e com meu trabalho na internet".

> **As pessoas da minha comunidade não tinham noção de como é a universidade pública**

O principal objetivo dela é alcançar as pessoas, especialmente os jovens que vivem uma realidade próxima à sua: "As pessoas precisam muito saber da Universidade". Dentro e fora dos portões da USP, ela já tem a oportunidade de conversar com outros estudantes periféricos que a conhecem pela internet. "Essas pessoas falam para mim que se sentem incentivadas a tentar, a continuar. Elas sentem que é o lugar delas."

PERMANECER OU RESISTIR?

O vestibular é apenas o primeiro obstáculo que um estudante periférico enfrenta na universidade pública. O maior deles, Luana bem sabe, é a permanência. A precariedade dessas políticas públicas, inclusive, já tinha feito a estudante desistir da Unicamp. Nem mesmo a ajuda de colegas foi suficiente para que ela superasse a desigualdade. A dificuldade do curso, a falta de transporte acessível para voltar para casa e os problemas para conseguir fazer compras para suas necessidades básicas fizeram Luana abrir mão do sonho.

Sobre essas situações, ela relembra, com tristeza, de sua amiga Larissa Figueiredo, uma das pessoas de quem recebeu apoio em Campinas. Em 2023, a estudante faleceu ao contrair leptospirose depois que a casa dela sofreu com uma inundação. "Ela morreu de uma forma muito ruim, reivindicando o que ela mais acreditava, que era a luta por melhores condições e saneamento básico. Ela morreu por falta disso". A voz de Luana continua doce, mas seu discurso revela uma consciência política muito forte: "Se vê na prática o que o sistema faz com a gente. Se não fosse ela, eu não teria resistido. É nós por nós".

Quando Luana entrou na USP, as barreiras continuaram: pandemia da Covid-19, a falta de um computador e uma internet boa quase a fizeram desistir novamente. No presencial, o problema foi conseguir uma vaga no Conjunto Residencial da USP (Crusp). Enquanto o termo de moradia não saía, a estudante conseguiu um espaço no bloco F. "Só que quando eu cheguei, não tinha nada. Nem cama, nem colchão, só um guarda-roupa quebrado", lembra. O quarto também estava mofado e, quando chovia, a água entrava pela janela.

Ela conta que foi um perrengue atrás do outro: uma cama infestada de cupins que desabou com Luana em cima, fome pela falta de jantar no bandejão aos finais de semana, saídas de toalha no corredor para armar o disjuntor que caía durante o banho e até um princípio de pneumonia por dormir no chão em pleno frio de maio.

Prestes a desistir, recebeu a resposta que precisava: tinha conseguido uma bolsa de pesquisa do Programa Unificado de Bolsas (PUB). "Se não fosse por isso, eu não teria permanecido", avalia a estudante, hoje apaixonada por pesquisa acadêmica. A guinada prosseguiu com uma vaga no bloco B – que ela descreve como "um palácio" – e, pouco depois, o sucesso no TikTok.

As políticas de permanência também avançaram. Em 2023, a bolsa de pesquisa foi reajustada para R$ 700 e os moradores do Crusp passaram a receber um auxílio de R$ 300. Apesar das melhorias das conquistas de Luana, ela não esquece de sua história e é firme em pontuar todos os obstáculos que ainda existem para os alunos periféricos, sejam as más condições em alguns blocos do Crusp, quanto estagiar e fazer um curso integral ao mesmo tempo.

"Ser uma estudante periférica na USP é um desafio. Se pudesse falar em uma palavra, é resistência. Você tem que resistir muito, ser muito resiliente para aguentar tudo", reflete Luana, "porque mais difícil do que você entrar é permanecer".

1

1 : JULIA AYUMI/JC [FOTO]

PORTA DE ENTRADA

Alvo de polêmicas, bancas contra **fraudes raciais** recebem apoio de coletivos e da USP

Entidades defendem que eventuais falhas das comissões não devem servir para atacar as cotas, mas para aprimorá-las

JULIA AYUMI E **TULIO GONZAGA**
[REPORTAGEM]

Ter a autodeclaração racial negada pela universidade para a qual você se candidatou não é o melhor cenário para se enfrentar logo no início da vida universitária. É o desafio que coube a Caique Fonseca, que foi aprovado na primeira chamada para o curso de Engenharia de Produção pela Fuvest, por meio da política de cotas raciais. No entanto, sua autodeclaração foi refutada pela banca de heteroidentificação da USP no primeiro dia de aula.

A negativa se somou a uma outra, a de Alison Rodrigues, cuja vaga barrada em Medicina gerou a repercussão que trouxe o assunto ao debate público. São múltiplas polêmicas: o que são as comissões de heteroidentificação e qual seu papel? Quais os critérios para avaliar a pertinência da autodeclaração? Isso equivaleria a um "tribunal racial"?

> **Tem pele clara, boca e lábios afilados, cabelos raspados impedindo a identificação**
>
> *Parecer da banca de heteroidentificação da USP*

Em busca de respostas, o **Jornal do Campus** ouviu a USP, coletivos negros e estudantes que passaram pelo processo. As entidades e a Universidade são unânimes em defender o processo de heteroidentificação como uma conquista. Argumentam que as comissões são um importante mecanismo contra fraudes e que eventuais falhas devem servir para aprimorar a política de cotas – e não para combatê-la.

COMO FUNCIONA?

A banca de heteroidentificação é composta por cinco pessoas, sendo uma docente da USP diretamente eleita; uma discente da pós-graduação indicada pela Coligação dos Coletivos Negros da USP; uma discente da graduação indicada também pela Coligação; uma representante da sociedade civil organizada que atue na defesa das ações afirmativas; e uma funcionária técnica-administrativa diretamente eleita. Para atender à demanda de todos os campi, duas bancas foram montadas, cada uma com cinco integrantes, para fazer a análise dos candidatos pretos e pardos (PP).

O objeto de análise da comissão é a foto enviada pelo candidato no momento de sua inscrição para o vestibular. Deixando de lado a descendência, as características fenotípicas (cor da pele, os cabelos e a forma da boca e do nariz) são critérios avaliativos da banca. A escolha se ampara no argumento de que o racismo no Brasil historicamente se expressa conforme as características físicas. Se a autodeclaração for negada pela primeira banca, a foto é encaminhada para a segunda turma e, se for duplamente negada, o estudante é convidado para uma oitiva — de forma presencial, se for candidato da Fuvest; e virtual, se for do Enem ou do Provão Paulista.

Em 2024, a banca já avaliou 1.606 estudantes, sendo 86,4% aprovados na primeira banca, resultando em 11,6% (ou 187 pessoas) com sua autodeclaração negada pela banca de heteroidentificação, além de 2% que não compareceram às oitivas – os dados são parciais pois as bancas ainda ocorriam quando esta edição foi fechada. Procurada pelo **JC**, a Diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades, da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), informou que as totalizações referentes aos ingressantes em 2023 não são disponibilizadas ao público.

No caso de Caique, seus advogados Maria Isabel e Ricardo Catapani afirmam que a insatisfação vem principalmente da falta de questionamento de ancestralidade, já que os familiares são declarados pardos e negros, e o estudante sempre se descreveu como pardo. "É lamentável e desgastante emocionalmente para o aluno que se sente constrangido sob o olhar de pessoas maldosas que acham que ele é um oportunista, quando na realidade não é", afirma a defesa.

No dia 5 de abril, a USP disponibilizou a justificativa do caso Alison. A banca concluiu que o candidato não se encaixaria na cota PPI porque "tem pele clara, boca e lábios afilados, cabelos raspados impedindo a identificação, não apresentando o conjunto de características fenotípicas de pessoa negra".

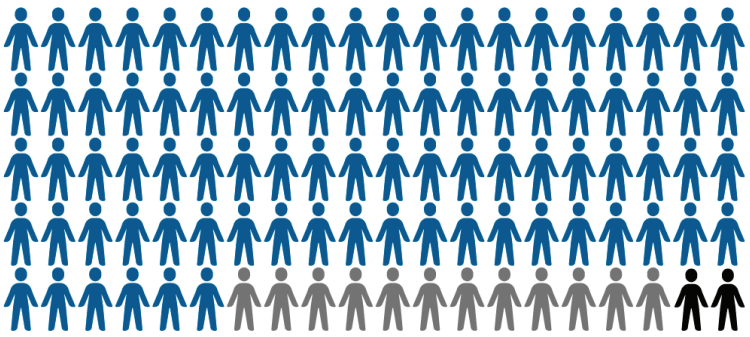
Outra estudante entrevistada de forma anônima pelo **JC** passou pela banca ao se candidatar para o curso de Jornalismo na USP. A estudante concorria a uma das seis vagas disponíveis para cotas. Para ela, o processo se iniciou com o recebimento do e-mail a convidando para a oitiva. Após o indeferimento, a candidata teve 48 horas para entrar com o recurso, ao qual obteve retorno após 20 dias.

Apesar de não ter sido prejudicada em relação ao calendário escolar, a estudante teve atraso nas solicitações para benefícios ao transporte, por exemplo. Por fim, a candidata foi aprovada pela banca da PRIP a partir do recurso, que foi negado pela comissão de heteroidentificação.

A candidata informou que o processo teve apenas duas fases: a leitura de uma ata que confirma que se apresentou à banca da PRIP para a cota e a confirmação ou negação da vaga; ou seja, realizou os mesmos procedimentos solicitados pela banca de heteroidentificação. "Foi bastante protocolar, mas acho que isso acabou me deixando mais intimidada, porque eles [comissão] não foram claros com os critérios que me fizeram ser desclassificada nas duas etapas", aponta sobre a banca da PRIP.

> **Nós precisamos debater a urgência de ter cotas trans na universidade e de um vestibular indígena**
>
> *Letícia Chagas, codeputada estadual*

QUAL É A PROPORÇÃO DE PESSOAS APROVADAS PELA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO?



1 : **JÚLIA GALVÃO/JC** [ARTE]

DEFESA DAS COTAS

Com a implementação da Lei de Cotas na USP, em 2018, a banca de heteroidentificação passou a ser reivindicada. Para a Coligação de Coletivos Negros da USP e o Núcleo de Consciência Negra da USP, a comissão representa "a principal vitória do Movimento Negro" na USP desde a conquista das cotas raciais.

A codeputada estadual Letícia Chagas, integrante da primeira turma de estudantes cotistas que ingressou na USP, reconhece que a banca não está isenta de erros. Ela defende que sua existência permite a correção desses erros tanto por meio de recurso dentro da Universidade quanto pela via judicial, a exemplo da estudante anônima e de Caique.

Letícia alega que as falhas de avaliação da comissão não justificam que setores ataquem a legitimidade da política de cotas raciais. As lideranças negras da USP concordam: "É preciso que esses debates se desenvolvam não com o intuito de desacreditar as bancas, mas sim defendê-las e aprimorá-las, reconhecendo sua eficácia na salvaguarda da política de cotas raciais", dizem, em nota, sobre os casos que foram repercutidos na imprensa.

No entanto, para Letícia, a atual regulamentação não contempla todos os estudantes que deveriam estar na Universidade, o que impede o avanço do debate sobre a ampliação das políticas de acesso. "Nós precisamos debater a urgência de ter cotas trans na universidade e de um vestibular indígena, que foi algo aprovado pela Unicamp, que já existe na UFSCar e que nós poderíamos ter". Contudo, a USP não quer discutir um projeto de diversificar a universidade", declara a codeputada.

Proibido e denunciado, trote da Esalq continua

Apuração exclusiva do **JC** confirmou o prosseguimento da cultura trotista em Piracicaba – e recebeu relatos de Lorena e Ribeirão Preto

INGRID GONZAGA E **RAQUEL TIEMI**
[REPORTAGEM]

"O trote está acontecendo aqui, mas não chamam de 'trote', agora chamam de 'ralo', porque trote é crime, né? Então, trocaram de nome", ironiza Ana*, estudante de Engenharia Agronômica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, de Piracicaba.

O assunto ganhou holofotes em dezembro do ano passado, após a publicação de uma série de denúncias de trotes no campus da Esalq pela Agência Pública. Ao longo dos meses de março e abril, o **Jornal do Campus** confirmou que as práticas seguem ocorrendo em Piracicaba. E recebeu denúncias de outros dois campi – Ribeirão Preto e Lorena.

Ao todo, a reportagem ouviu 13 pessoas para a elaboração do texto. Os casos citados se referem a anos entre 2019 e 2024. A Esalq diz que o trote é "proibido e intolerável". A Escola de Engenharia de Lorena (EEL) diz que não há registros de trote. A Prefeitura do campus de Ribeirão não se pronunciou.

O **JC** testou, ainda, o serviço de denúncias do disque-trote. Foram 3 ligações diárias durante 15 dias sem resposta.

"RALO"? É TROTE

Segundo os cinco alunos da Esalq entrevistados pelo **JC**, os trotes exigem uma série de comportamentos dos calouros, chamados de bixos: "Para se apresentar, o bixo deve ajoelhar diante do veterano, chamado de doutor, se autodepreciar e depois elogiá-lo"; Na presença de uma pessoa de anos anteriores, você deve deitar e olhar para o chão". "Não é permitido falar 'eu acho', porque bixo não tem que 'achar' nada".

Caio*, também estudante de Engenharia Agronômica, relaciona a socialização no campus com a cultura trotista e diz que, desde a semana de ingresso, "as pessoas são ensinadas a como se comportar na Esalq". As chamadas "tradições esalqueanas" não se limitam aos estudantes, mas se estendem a professores e ex-alunos. Luís Galeão, professor do Instituto de Psicologia (IP) da USP, explica: "Pela socialização, essa cultura institucional é interiorizada e as pessoas acham que devem repetir o padrão."

Apesar de também ocorrerem dentro do campus, os "ralos" são mais recorrentes em moradias estudantis ou "repúblicas". Caio conta que morou em uma república por pouco mais de um ano, mas decidiu morar sozinho por não concordar com a dinâmica da casa.

Nos seis primeiros meses do ano, os calouros conhecem e moram de graça nas repúblicas de Piracicaba, processo conhecido como "estágio". Ana avalia que, além de cômodo, principalmente para estudantes que estão longe de suas cidades, é "muito fácil se encantar por essa realidade das repúblicas".

Caio conta o dia da sua "efetivação", momento em que os calouros podem ser oficialmente aceitos na república: "É um dia em que eles te deixam muito bêbado. Nos vendaram e levaram até um milharal dentro da Esalq, à noite. Lá, nos ajoelharam e perguntaram sobre a república e seus moradores. Em casa, quando já estávamos alcoolizados, para a fase final, contrataram prostitutas e falaram que todos teriam relações".

OUTROS CAMPI

Em maior ou menor medida, os trotes continuam a ser praticados em todas as três unidades investigadas pelo **JC**: Piracicaba, Ribeirão Preto e Lorena. Situações parecidas, como consumir exageradamente álcool, usar adereços, não poder falar "eu acho" e, sobretudo, a relação da cultura com as repúblicas, ocorrem nesses campi.

Leo*, estudante da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto, afirmou que, enquanto morava em república, foi obrigado a beber cachaça e depois pular na piscina em uma madrugada fria. "O veterano não gostava de um calouro específico. Ele pegou ração, misturou com óleo e fez o bixo mastigar. Depois disso, o garoto começou a vomitar", relatou.

O OUTRO LADO

O **JC** tentou contatar a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) para obter os dados do Disque-Trote – ferramenta criada para atender denúncias –, sete vezes durante a produção da matéria, mas não obteve resposta em nenhuma das tentativas. Apenas 15 dias depois, por meio da Lei de Acesso à Informação, o **JC** recebeu informações de todas as denúncias feitas via Disque-Trote de 2019 até 2024.

Ao todo, foram 19 reclamações, que englobam relatos como: calouros que "foram obrigados a entrar na caçamba de um carro e transitar pela cidade de maneira perigosa", relatos de racismo e caso de nudez dos veteranos diante dos calouros durante a semana de recepção.

A reportagem ligou três vezes ao dia para o Disque-Trote, desde o dia 1º de abril até a data de conclusão desta matéria, 16 de abril. Em todas as tentativas, a mensagem era de que o número não estava recebendo chamadas. O aplicativo Disque-Trote afirma que o serviço funcionaria entre 22/01 e 30/04, das 8h até as 20h, nos dias úteis. O formulário que receb denúncias por escrito estava disponível. Desde 27 de Abril de 1999, a Portaria GR N° 3154 proíbe o trote dentro ou fora do âmbito da Universidade.

Quando indagada se tinha conhecimento sobre a situação do Disque-Trote e se alguma providência seria tomada, a PRG respondeu: "Todas as Unidades e Prefeituras dos campi receberam Ofício da PRG informando sobre a Semana de Recepção de Calouros e período do Disk [sic] Trote". Além disso, afirmou que não havia sido comunicada oficialmente sobre o número não estar em funcionamento.

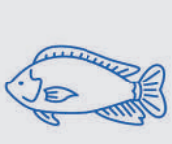
De todos os campi mencionados, o **JC** recebeu respostas da PRG, Esalq e Lorena. A reportagem tentou contato com a Prefeitura de Ribeirão Preto, mas não recebeu resposta até a data de fechamento do jornal. Confira todas as respostas na íntegra pela versão digital da matéria.

Antônio Almeida, professor da Esalq que possui três livros sobre trote, afirma: "A universidade precisa decidir se quer ser uma universidade democrática, inclusiva. E essa não pode ser uma decisão superficial, ela tem que trazer enormes consequências. Nenhum tipo de trote deveria existir".

* Para preservar a integridade e o anonimato dos estudantes, os nomes foram alterados.

A hierarquia do trote obriga os estudantes da Esalq a deitarem, se ajoelharem ou ficarem de pé de acordo com o ano de ingresso na Universidade

COMO FUNCIONAM OS TROTES TRADICIONAIS?



MERCADO DE PEIXE
No campus, rodeando os calouros, cada república tenta convencê-los a irem visitar as casas

RAÇÃO
Ao visitar as repúblicas, os ingressantes recebem a "ração", uma refeição gratuita servida na casa

ENGAVETAMENTO
Ingressantes são obrigados a comer misturas como pinga, pimenta, café em pó e alho cru embaixo de uma mesa

FUNDINHO
No fundo das repúblicas, os calouros são forçados a beber e a fazer exercícios físicos extenuantes

PASSEIO
Calouros são levados a um canavial distante e devem achar o caminho de volta para a república bêbados

MELHOR AMIGO
Calouros devem levar objetos, como pneus e galões para a faculdade e carregá-los durante todas as aulas

1 : **ARQUIVO PESSOAL/JC** [FOTO] 2 : **JÚLIA GALVÃO/JC** [ARTE]

UNIVERSIDADE PÚBLICA

A Criateca vem aí e todo o resto é **desacordo**

Ainda não existe consenso sobre o projeto de reforma do prédio da 'Prainha', com início previsto para abril

CAMILA SALES MACHADO, **ESTER DE BRITO** E **MARIA FERNANDA BARROS** [REPORTAGEM]

No dia 13 de dezembro de 2017, a Congregação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP aprovou um projeto de reforma da vivência estudantil Vladimir Herzog, nomeado Criateca. Na reunião, estavam presentes membros diversos da comunidade ecana, representando os três setores da universidade.

Concomitantemente às discussões, aconteceu um protesto articulado principalmente pelo Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC), com o apoio de outras entidades e demais estudantes. Aqui aparece a primeira quebra de consenso. O ato, segundo os manifestantes, barrou a votação e conseguiu impedir a aprovação do projeto. Na versão da diretoria, tudo ocorreu nos conformes. "O anteprojeto foi aprovado pelas duas principais instâncias deliberativas da ECA: o CTA e a Congregação", confirma a assessoria de comunicação em resposta ao **Jornal do Campus (JC)**.

O ano de 2024 é a data prevista para a Criateca sair do papel. Sete anos se passaram desde a promulgação da reforma; o processo burocrático só terminou em 2023, quando ficou pronto o orçamento da obra. No momento, a "Prainha" – apelido da vivência da ECA – se prepara para um período de um ano e meio a dois anos de obras, se tudo correr conforme o esperado. O início está marcado entre abril e maio deste ano. A previsão de encerramento é entre agosto e setembro de 2025.

OS LADOS DA REFORMA

A única coisa com a qual todas as partes consultadas pelo **JC** parecem estar de acordo é: o prédio da Prainha precisa de reformas urgentemente, pois apresenta problemas estruturais graves. Concretamente, o projeto que abarca a sede de entidades estudantis, um restaurante e o antigo Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) – expulso do lugar em 2016 – deverá ter um auditório, grêmio e vestiário dos funcionários, estúdios de gravação e edição, uma lanchonete e uma livraria.

O novo prédio também concentra salas para as empresas juniores da ECA, mesmo que algumas não existam e outras já tenham sede em seus departamentos, e entidades estudantis como o CALC e a Ecatlética. Em resposta aos protestos dos estudantes que questionaram a ausência de salas para a Bateria da ECA (BaterECA) e para o coletivo cultural CANiL, a administração da ECA cedeu o espaço, que originalmente seriam dois pequenos depósitos, para as entidades.

A forma como a vivência estudantil deve ser administrada é o epicentro das divergências. Nas assembleias e reuniões realizadas entre os estudantes, o **Jornal do Campus** identificou algumas demandas da comunidade ecana: garantir alternativas de espaços temporários para as sedes e depósitos das entidades estudantis, aumentar a área aberta, manter a livre circulação, assegurar a autonomia dos estudantes sobre o uso da Prainha e aumentar o espaço destinado aos funcionários.

Alguns estudantes acreditam que a essência do projeto prejudica o propósito da vivência. "A Criateca tem diversas problemáticas por não representar a universalidade que a vivência tem hoje. Antes um espaço de repouso, criação de laços e formação política e cultural, o projeto da Diretoria agora é de 'produtividade', se assemelha a um coworking. A Prainha é maior que isso e não cabe nessa lógica", sumariza Rosa Baptista, integrante do CALC.

CONFLITOS HISTÓRICOS

E a Criateca é só uma parte do problema. Juliana Bellato, graduada em Relações Públicas, aluna especial do mestrado e representante da gestão do CALC de 2017, relata alguns outros momentos em que consideram que o gerenciamento dos espaços estudantis foi feito de modo autoritário. O principal deles é a colocação de grades no espaço da Prainha.

As grades foram colocadas no fim do ano de 2016, durante as férias estudantis, por uma determinação da Reitoria da USP. Um ano depois, veio o projeto da Criateca. Juliana não trata a cronologia como coincidência: "Colocaram a grade, tiraram o Sintusp, tiraram os trailers de comida, impuseram horário de circulação. São fatos interligados, é o controle do espaço". Essas intervenções fizeram com que os advogados do CALC abrissem, em junho de 2018, um inquérito que investiga a USP por violação aos espaços estudantis.

A diretoria refuta "qualquer relação entre o projeto Criateca e as grades que foram instaladas pela Reitoria em 2016". Afirma, ainda, que em 2017 uma comissão formada por estudantes, docentes e funcionários da ECA elaborou, durante sete meses, o anteprojeto que seria depois analisado e aprovado no CTA e na Congregação. "O que aconteceu foi que, em determinado momento, a representação estudantil retirou-se da comissão", diz a assessoria.

Juliana justifica: "Era uma comissão de fachada, saímos porque não éramos ouvidos". Até hoje, a queixa é a mesma quanto à pouca escuta aos estudantes nas estruturas compostas por representantes eleitos na ECA — o desacordo ultrapassa as gestões de centros acadêmicos e de direções. A diretoria diz que segue aberta ao diálogo e que vem promovendo reuniões constantes com as entidades estudantis e encontros de esclarecimentos com estudantes, docentes e funcionários. "Há muita desinformação sobre o projeto Criateca", afirma a assessoria.

O CALC vê os encontros como "artifícios" para promover uma falsa sensação de integração ao projeto; o Canil se queixa de que a direção "nem anota" as propostas apresentadas e que ignorou a contraproposta da entidade. "Não só as propostas são anotadas como também foram produzidas atas das duas reuniões realizadas até o momento", afirma a assessoria de comunicação.

Com o projeto finalmente fora do papel, as entidades dizem trabalhar na chave da "redução de danos", entendendo que o projeto é inevitável, mas que ainda é possível repensar parte do espaço e de seu uso, rejeitando, por exemplo, uma eventual instalação de catracas.

A entrevista realizada com a assessoria de comunicação da ECA está disponível na íntegra na versão on-line do **JC**.

2

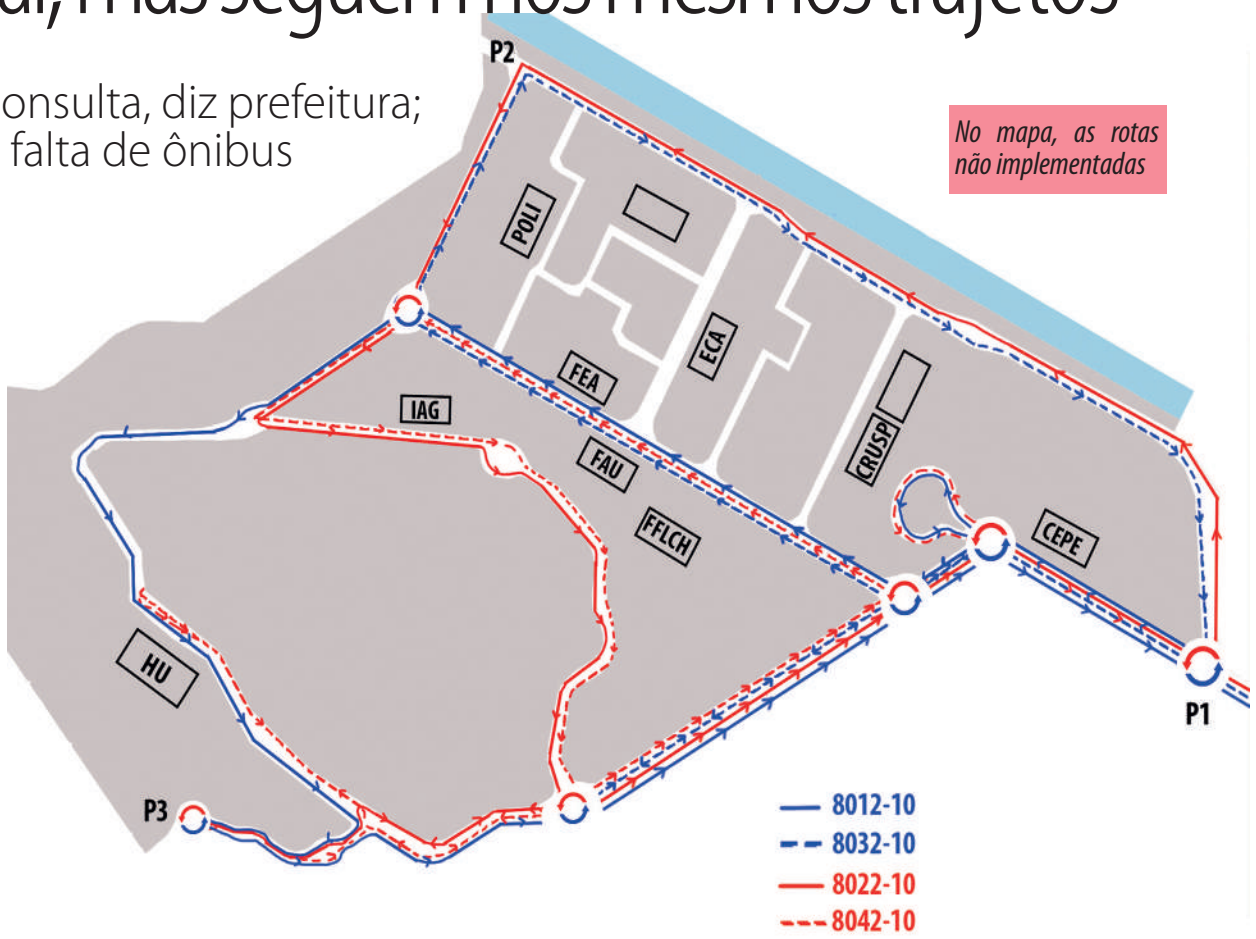
Layout da Criateca feito pelo JC com base na planta disponibilizada pela Diretoria da ECA

1: **CECÍLIA FREITAS/JC** [FOTO] 2: **MARIA FERNANDA BARROS/JC** [ARTE]

RECALCULANDO ROTA:

circulares ameaçam mudar, mas seguem nos mesmos trajetos

Mudança definitiva deve ocorrer após consulta, diz prefeitura; pesquisa aponta que maior problema é falta de ônibus



No mapa, as rotas não implementadas

CAMILA SALES, JULIA AYUMI E JULIA ESTANISLAU [REPORTAGEM]

No dia 20 de fevereiro, cinco dias antes do ano letivo da Universidade de São Paulo (USP) começar, a Prefeitura do Campus USP da Capital (Pusp-C) anunciou as novas rotas dos ônibus circulares, que deveriam ser implementadas no dia 26 do mesmo mês. Durou pouco. Com inúmeras críticas, um dia depois do anúncio, a Pusp-C suspendeu as alterações.

O objetivo da mudança das rotas dos circulares e da criação de uma nova linha (8042-10), que deveria circular apenas dentro do campus, seria diminuir os trajetos – possibilitando um maior número de viagens com a mesma frota –, e reduzir o tempo de espera nos pontos e terminais.

Após a revogação, a Prefeitura abriu um formulário online para consulta pública sobre a proposta, que ficou disponível até dia 8 de março.

A revogação tem o propósito de permitir "uma participação mais ampla da comunidade USP na definição das mudanças antes de implementá-las", diz a prefeita do Campus da Capital Raquel Rolnik em entrevista ao **Jornal do Campus**. As alterações devem acontecer, mas não há data prevista para isso.

Quando questionada sobre o porquê da consulta ter sido aberta depois da decisão de mudar as rotas, respondeu que "também tinha uma aflição no sentido de tentar implementar alguma melhoria imediatamente antes do semestre letivo começar".

Agora, a prefeitura diz que está analisando as reclamações e demandas, que já foram encaminhadas à São Paulo Transportes (SPTrans). Caso haja necessidade, o projeto apresentado anteriormente poderá ser alterado.

As novas rotas foram pensadas a partir de uma pesquisa amostral origem-destino – que analisa o deslocamento dos alunos no campus – e de um estudo interno, desenvolvido por uma consultoria formada por ex-alunos da Escola Politécnica e pelo GT Mobilidade do Plano Diretor Participativo.

Aplicada entre julho e agosto de 2023, a pesquisa foi conduzida pela empresa privada Scipopulis. De um total de 70.027 pessoas na comunidade USP, 9,5% responderam o questionário.

A pesquisa da Scipopulis apresenta três sugestões de novas rotas para sanar a demora dos trajetos, a espera dos ônibus e a superlotação em horários de pico, entre 7h e 9h da manhã e 16h e 19h, à noite.

A sondagem apontou rejeição às mudanças de rota. De acordo com a Scipopulis, a melhor solução seria o aumento da frota, de forma a manter os trajetos atuais e melhorar todo o atendimento. Hoje, são 18 ônibus atendendo o campus.

Entre os apontamentos feitos pelos estudantes, a alteração da rota que passaria na Rua do Matão teve uma atenção maior. "Com essa mudança, teríamos apenas o 8022-10, então lotaria e demoraria mais para entrarmos em um circular. A redução das rotas não compensa a falta de pontos nos institutos; a solução é colocar mais ônibus e não alterar as linhas", comenta Maria Fernanda Pereira, estudante de Geologia.

Em contrapartida, o acréscimo da linha de ônibus favoreceria os estudantes de institutos próximos ao portão 3, que ficam mais afastados dos restaurantes universitários (RUs) e das estações de metrô. "A nova linha [8042-10] poderia desafogar as linhas principais e eu teria mais liberdade para almoçar em qualquer RU. Mas não acredito que retirar o ponto do CRUSP para acrescentar mais uma linha vá melhorar o fluxo dos ônibus", aponta João Siqueira, estudante de Fisioterapia.

Após o primeiro mês de aulas, o circular 8032-10 sofreu uma ligeira alteração na rota, no sentido de retorno ao terminal Butantã. Agora, o ônibus passa novamente no ponto da Faculdade de Educação, logo antes de sair pelo Portão 1.

"Temos plena consciência que o sistema atual é muito ruim", finaliza Raquel.

> **A redução das rotas não compensa a falta de pontos nos institutos; a solução é colocar mais ônibus e não alterar as linhas**
>
> *Maria Fernanda Pereira, estudante de Geologia*

JULIA ESTANISLAU/JC [ARTE DO MAPA]

A "NOVA ROTA"

O **JC** conversou com dois dos representantes discentes do Plano Diretor do Campus: Lucas Bogéa, aluno de Economia, e o suplente Felipe Gomes de Almeida, da graduação de Ciências Sociais. Eles explicaram mais sobre as "novas rotas" e o futuro dos circulares no campus.

Quando começou o projeto para reformular o funcionamento dos circulares?

FELIPE: O retorno pós-pandemia escancarou o problema de mobilidade, com comoção por parte dos estudantes e funcionários. Uma audiência pública foi realizada em junho de 2022 pela Câmara Municipal de São Paulo para tratar do assunto, convocada pela vereadora Silvia da Bancada Feminista (PSOL). Na época, a prefeita do campus salientou a falta de fiscalização por parte da própria SPTrans ao serviço dos circulares como um dos principais problemas.

Como o Plano Diretor e os estudantes se encaixam nisso?

FELIPE: Apesar de possuir um Grupo de Trabalho (GT) focado em mobilidade na USP, o novo Plano Diretor do Campus, que está em elaboração, não teve envolvimento direto no planejamento daquelas rotas, mesmo que alguns dos membros dele também estejam no Conselho Gestor. Além da pesquisa origem-destino, não houve participação estudantil.

Quais são as limitações para o aumento da frota e melhora do serviço?

LUCAS: Mesmo que o contrato com a SPTrans possa ser rediscutido e alterado por meio de aditamentos, um dos principais entraves é a infraestrutura do terminal Butantã, que não é capaz de comportar muitos veículos parados de uma só vez. Adquirir uma frota e um serviço próprio também não é uma opção para a USP, pois a SPTrans detém hegemonia do transporte público na capital.

E agora, o que será feito?

LUCAS: A Consulta Pública que esteve aberta até março irá orientar a organização da mobilidade na Cidade Universitária. Para isso, também está sendo criado um GT especial dentro do Plano Diretor apenas para pensar as rotas dos circulares.

FELIPE: "Devido à firmação desse GT, acho que vai ter mais espaço para participação. Apesar de ser um processo que provavelmente vai ser mais demorado, agora teremos mais abertura para a comunidade."

NA PONTA DO LÁPIS

Quantos bolsonaristas **cabem na Paulista?**

Para além da diferença de números, ataques políticos à estimativa da USP revelam descrença na universidade

JÚLIA GALVÃO E **LUANA TAKAHASHI**
[REPORTAGEM]

Após o início das investigações da Polícia Federal contra Jair Bolsonaro sobre um suposto golpe de Estado, o ex-presidente convocou um ato na avenida Paulista, que ocorreu no dia 25 de fevereiro. Na tarde daquele domingo, chegaram à avenida caravanas vindas de diversos lugares do país, como Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Danilo Queiroz, estudante de jornalismo da Universidade de São Paulo (USP), esteve no dia como observador e relatou que precisou atravessar pelas ruas paralelas devido à lotação na região principal. Ele também disse que algumas pessoas competiam para ver Bolsonaro e voltar para casa com ao menos uma foto. Vestidos de verde e amarelo, com bandeiras do Brasil e de Israel, parte dos apoiadores atenderam à convocação e declararam apoio ao político.

Ao longo do evento, imagens da multidão circularam em diferentes mídias sociais, fazendo surgir uma dúvida: quantas pessoas havia na Paulista? A Polícia Militar (PM) fez uma estimativa de 600 mil pessoas durante o horário de pico, enquanto o Monitor do Debate Político no Meio Digital, grupo de pesquisa da USP, chegou a um número 3 vezes menor: 180 mil.

A diferença entre as duas contagens levantou uma série de dúvidas e gerou ataques políticos nos dias seguintes à divulgação. "Parte da controvérsia é que estamos habituados com números muito elevados e inflados para eventos públicos, muitas vezes chutados. Então, quando vemos um número realista, parece que foi pouco, mas a manifestação foi gigante", explica Pablo Ortellado, professor de políticas públicas na EACH e coordenador do Monitor.

O pesquisador se diz convencido de que a estimativa feita pela USP esteja bem próxima da realidade. "Foi a manifestação mais numerosa que registramos nos últimos dois anos", afirma.

> **"Parte da controvérsia é que estamos habituados com números muito elevados e inflados para eventos públicos, muitas vezes chutados. Então, quando vemos um número realista, parece que foi pouco, mas a manifestação foi gigante"**
>
> *Pablo Ortellado, pesquisador do Debate Político no Meio Digital da USP*

Pelas contas do Monitor, a festa de vitória nas últimas eleições de 2022 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à título de comparação, contou com um público de cerca de 58,2 mil pessoas.

A diferença entre as contas é atribuída ao uso de metodologias diferentes. Emerson Massera, porta-voz da PM, informou ao **Jornal do Campus** que, para a contabilização, o local foi dividido em diferentes áreas, cada uma com um coeficiente de concentração diferente, determinado a partir de imagens aéreas e da observação de agentes em solo. "A técnica consiste basicamente na multiplicação da área pelo coeficiente de ocupação", e o cálculo é realizado em seguida com a ajuda do software Copom Online. Dessa forma, a corporação constatou 750 mil manifestantes ao todo: 600 mil na Paulista, em conjunto a 150 mil em ruas adjacentes.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública alegou que falsas divulgações foram atribuídas à PM e eram superiores à contabilizada pela instituição. Segundo a Polícia, a estimativa de público é usada para decisões operacionais, e é uma "cortesia" oferecida quando há grande interesse por parte da mídia e da própria sociedade.

A pesquisa da USP, por outro lado, usou um software de Inteligência Artificial que é capaz de identificar e contar cabeças de uma foto a partir de um treinamento. O grupo capturou dezenas de imagens da manifestação com drone, que registraram nuances de público ao longo das horas. O método possui diversas aplicações, como a contagem do número de cabeças de gado.

Ortellado entende que ainda há falhas no processo e o sistema tem uma margem de erro de 12%, errando para mais e para menos. O software pode deixar de reconhecer um indivíduo, ou considerar objetos como cabeça. "O nosso método tem algumas limitações, mas nas condições em que estávamos, não fez uma diferença que vai de 180 mil para 750 mil", conclui.

1 E 2 : **MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL** [FOTO]

Extrema-direita e universidade, dois mundos descolados

A polêmica extrapolou as divergências numéricas. Após a divulgação da pesquisa feita pelo Monitor, uma onda de ataques contra o grupo de estudos e contra a Universidade foi observada nas redes sociais. A cadeia de comentários partia, principalmente, de grupos bolsonaristas. Em sua maioria, eles questionaram o valor apresentado pelo grupo e alegaram que os pesquisadores estariam sendo partidários.

Camila Rocha, doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), explica que existem duas principais finalidades para esses ataques: a primeira é gerar conteúdos para as mídias sociais e ridicularizar quem está na universidade; a segunda, com um teor institucional mais complexo, busca a retirada de recursos públicos da universidade. Ela exemplifica com o que ocorreu durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, em que houve a mobilização de um grande desmonte das universidades. "Só não foi pior porque teve uma manifestação de estudantes e professores contra os cortes, mostrando a força da comunidade acadêmica brasileira. Foi um momento de resistência.''

A cientista política aponta ainda que não apenas as universidades, como também a maioria das instituições relacionadas ao conhecimento e à ciência, estão sentindo as consequências do aumento da descrença nas esferas institucionais. "Entidades que geram o debate público dominante, como institutos de pesquisa, grupos de mídia tradicionais e setores do governo — como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) —, são os alvos mais atacados pela extrema direita.''

O negacionismo presente nesses debates sempre existiu, mas a pesquisadora relata que houve um aumento considerável durante a pandemia, período em que o governo incentivou o uso da cloroquina como remédio para tratar a Covid-19 e questionou a eficácia das vacinas — reforçando o descrédito na comunidade científica.

Explicar o motivo que leva alguns setores da sociedade a desmoralizar as universidades é um debate profundo, mas Camila esclarece que o distanciamento das pessoas desses ambientes colabora com a formação do cenário de descrença. "Existe um certo descolamento da universidade com a sociedade. Ela tem uma origem elitista e nunca se democratizou como deveria, como aconteceu em outros países. Por conta desse histórico, a população não foi socializada para valorizar a universidade e entender o que é feito nela; não por falta de vontade, mas por ausência de oportunidades".

600
mil pessoas, de acordo com a PM

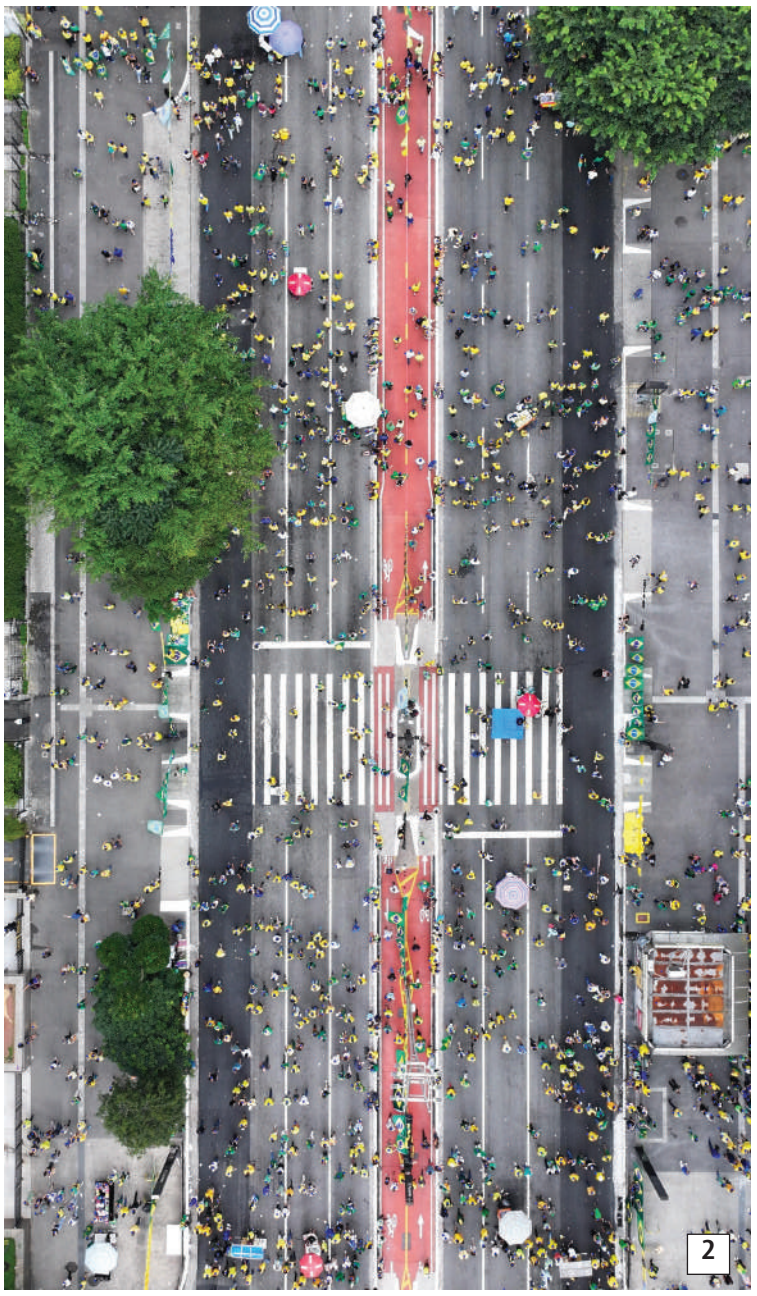
180
mil pessoas, de acordo com a USP

A partir disso, o bolsonarismo parece ter sido bem sucedido em difundir a ideia de que as universidades não apresentam utilidade. "O modo como a sociedade vê a universidade gera uma valorização, ou desvalorização'', comenta. Em conjunto a isso, propaga-se uma política do medo, que faz com que algumas pessoas acreditem que a universidade pública é capaz de "corromper" o indivíduo.

Camila também conta que há um outro motivo que pode explicar a incerteza gerada em torno de respostas e explicações dadas por acadêmicos: ''As pessoas têm pouco acesso a como as coisas funcionam e precisam confiar puramente em especialistas, o que levanta desconfianças''.

Apesar do negacionismo e descrença terem aumentado, pesquisadores compreendem a necessidade de buscar práticas que colaborem com a mudança dessa realidade. "Se a gente não agir para diminuir essas dúvidas, chegará um momento em que as universidades vão sofrer ainda mais com isso", afirma Ortellado. O pesquisador acredita que é dever das instituições de ensino prestar contas à sociedade, oferecendo ainda mais contribuições e transparência.

Ortellado relata que, principalmente na área de humanidades, há poucas pessoas conservadoras. "Elas são metade no Brasil e são a ínfima minoria nas universidades. Esse é um dos motivos que gera essa desconfiança e isso não faz bem", completa. Camila Rocha destaca que essa é uma questão de longo prazo que envolve maior democratização do acesso e da permanência no quadro de alunos, professores e direção, o que poderia reduzir a distância entre a universidade e a sociedade.


2

O mapa (na página à esquerda) indica os diferentes quarteirões em que as fotos, tiradas às 17h, se encontram

PASSO A PASSO PARA CALCULAR O NÚMERO DE PESSOAS POR M²

Cientistas costumam considerar 4 pessoas por m² em multidões

136.000 m²

De acordo com o Datafolha, essa é área da Paulista, incluindo calçadas, pontos de ônibus, canteiros e ciclovias

528.000 pessoas

Considerando a área total multiplicada pela média de 4 pessoas, a Avenida comportaria, no máximo, 528 mil indivíduos

3: **JÚLIA GALVÃO/JC** [ARTE]

Reforma tributária lança dúvidas sobre orçamento futuro

Alterações não afetam a autonomia financeira a curto prazo, mas podem impactar década seguinte. Para especialistas, alterar a Constituição Estadual é uma alternativa

ALESSANDRA UENO, GUSTAVO R. DA SILVA E JÚLIA MOREIRA [REPORTAGEM]

Originada da Emenda Constitucional nº 132/2023 e promulgada no dia 20 de dezembro de 2023 pelo Congresso, a Reforma Tributária foi tema de discussão por mais de três décadas e levará mais uma para que seja integralmente exercida.

Seu emprego, entre outras funções, consistirá na implementação do Imposto de Bens e Serviços (IBS), que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).

A mudança na política tributária exige atenção da Universidade de São Paulo (USP), uma vez que a grande maioria dos recursos da instituição advém do recebimento de uma porcentagem da arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo.

Instituída por meio do Decreto Nº 29.598, de 1989, a regra que estabelece os repasses para a USP, também garante recursos para a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, a USP recebe 5,02%, a Unesp, 2,34%, e a Unicamp, 2,19%, do ICMS.

Segundo Heleno Taveira Torres, professor de Direito Financeiro da Faculdade de Direito (FD) da USP e superintendente de Relações Institucionais da Universidade, a reforma não causa risco imediato de perda de recursos. Mas é necessário ter um "olhar de acompanhamento".

"O artigo 6º da reforma tributária garante a estabilidade e a segurança jurídica para remuneração e manutenção dos recursos das universidades paulistas. Pelo menos até transitar para o novo sistema tributário. Isso não descarta, porém, que todos nós da Reitoria continuemos comprometidos com a aprovação de uma eventual emenda à Constituição do Estado de São Paulo", explica.

Torres também destaca o papel de professores da USP na incorporação dos devidos dispositivos legais no artigo. "Foi um processo conduzido pelos professores Floriano de Azevedo Marques e Fernando Facury Scaff, com a ajuda dos Ministros Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Eles conseguiram esclarecer a importância da estabilidade orçamentária das universidades", diz.

Eventuais modificações na Constituição Estadual podem alterar – positiva ou negativamente – o financiamento universitário no médio e longo prazo, como explica Fernando Facury Scaff, também professor de Direito Financeiro da FD e superintendente jurídico da USP.

"Se pensarmos no cenário jurídico atual, os percentuais do IBS destinados às universidades têm risco de serem mudados pelo governo do estado. A forma correta de estipular alíquotas fixas seria por meio da Constituição Estadual", explica Scaff.

Essa Constituição está subordinada à Federal em questões gerais, mas, ao mesmo tempo, garante autonomia ao estado em casos como o da reforma tributária.

No que diz respeito ao orçamento das universidades, a Constituição Estadual poderia garantir a carimbação de recursos – vinculação jurídica de uma parte do orçamento ou dos impostos a um determinado conjunto de instituições.

Facury acrescenta: "A grande questão é carimbar as verbas do IBS para as universidades paulistas. É isso que vai aparecer na Constituição Estadual quando ela for adaptada e reformada".

Outro ponto a ser discutido Diz respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado de São Paulo. Segundo o professor Bruno Bastos de Oliveira da Unesp, apesar da LDO estabelecer uma vinculação dos repasses às universidades em relação ao total arrecadado de ICMS, a mudança na legislação tributária pede uma revisão a longo prazo.

DENTRO DA USP Na percepção de Allan Kenzo, estudante da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, membro do coletivo Juntos e representante discente no Conselho Universitário, a reforma tributária não é um tema muito discutido no movimento estudantil, principalmente no que diz respeito aos impactos dela na universidade. "Existe uma grande incerteza do que ela vai representar."

Allan também faz parte da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário – que discute as parcerias e convênios da USP, aprova questões de orçamento e obras e também assuntos relacionados às diretrizes orçamentárias.

Para o estudante, "as discussões mostram que existe, por conta da incerteza da reforma tributária, um discurso com o tom de que não se pode arriscar em investimentos porque não se sabe o que vai ser daqui para frente". Allan cita especificamente o caso da Faculdade de Medicina de Bauru, que segundo ele teve a aprovação da criação atrasada.

Ele acrescenta que essa insegurança que a reforma causa, em relação aos recursos a longo prazo, pode ser utilizada como justificativa para o que ele chama de conservadorismo por parte da direção, ou seja, justificar uma série de não investimentos, atrasos em algumas discussões ou revisão de decisões. "É uma insegurança que faz com que a USP não queira se arriscar muito e ser ousada no sentido de usar o orçamento".

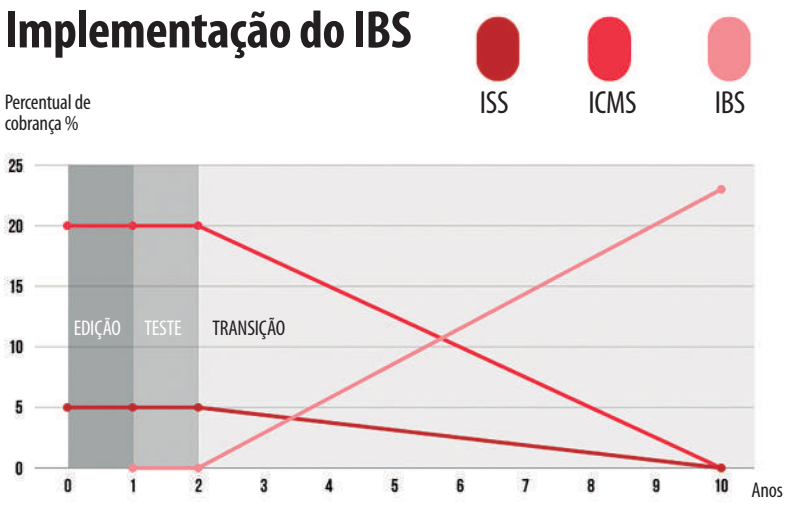
Questionada pelo **JC**, a Reitoria afirma que a reforma tributária não impacta no atual planejamento orçamentário da universidade e também nega atraso na criação da Faculdade de Medicina de Bauru, integrada à Faculdade de Odontologia.

> **É crucial iniciar um diálogo para definir novos percentuais que são provenientes do IBS no futuro, sem que se tenha retrocesso**
>
> *Bruno Bastos de Oliveira, professor da Unesp*

Incerteza sobre porcentagem do IBS reservada às universidades

Fonte: O Globo

Implementação do IBS



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

RAQUEL TIEMI [GRÁFICOS]

CAMILLY ROSABONI [EDITORA]

Conservadorismo “de berço” segue vivo na USP de hoje, dizem historiadores

Para especialistas que pesquisaram o contexto de criação da Universidade de São Paulo, a instituição continua elitista

GABRIEL SILVEIRA, INGRID GONZAGA E MARIA FERNANDA BARROS [REPORTAGEM]

No dia 9 de julho de 1932, estourava o movimento conhecido como Revolução Constitucionalista. De um lado, as elites paulistas insatisfeitas com aqueles que estavam no poder. Do outro, Getúlio Vargas e o Governo Federal lutando contra os revoltosos. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco se transformou em um local de alistamento militar e, três dias depois, começavam as operações nas fronteiras de São Paulo. O estado se transformou em um campo de batalhas. Entre conflitos na capital e no interior, estimativas apontam mais de 2.200 mortes.

A ação fracassou, mas os paulistas conquistaram suas demandas. Vargas entendia que não podia governar o País sem a validação política de São Paulo, e por isso, em 16 de agosto de 1933, indicou para o cargo de interventor federal no estado Armando de Salles Oliveira, um dos líderes da Revolta de 1932. Armando, porém, impôs condições antes de aceitar o cargo. Dentre elas, a anistia para dois colegas: Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo. Dois anos depois, em 1934, os três estariam juntos em um marco fundamental para o estado: Armando, Júlio e Fernando eram três dos fundadores da Universidade de São Paulo.

Fruto da relação entre figuras simbólicas da elite intelectual nacional, a USP sofreu grandes influências desse contexto. Este ano, ela completa o seu 90º aniversário: muito tempo se passou e a Universidade se transformou em diversos aspectos. Mas, de acordo com dois historiadores que conhecem a fundo o contexto de criação da universidade, a melhor instituição de Ensino Superior da América Latina ainda vive marcas desse passado elitista e conservador.

GÊNESE DA USP

Após se estabelecer no cargo de interventor, Armando de Salles Oliveira deu início a projetos políticos e econômicos voltados à formação de uma alta cultura paulista. O imperativo de retomar o prestígio das elites de São Paulo tornou inevitável o nascimento da USP. Armando, com apoio de Júlio de Mesquita Filho, herdeiro do jornal O Estado de S. Paulo, e do educador e sociólogo Fernando de Azevedo, assinou o decreto de fundação da Universidade de São Paulo no dia 25 de janeiro de 1934.

A USP surge com um objetivo mais complexo do que consagrar a formação de profissionais. Segundo Marcus Vinicius da Costa, mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, o propósito maior era formar lideranças e pesquisadores com ampla influência intelectual, de modo a inserir novamente São Paulo no protagonismo do jogo político do Brasil. A estratégia de Salles, Mesquita e Azevedo para alcançar essa aspiração foi inaugurar a Universidade com a criação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências.

Para Bruno César Nascimento, doutor em história pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que estudou as perspectivas educacionais brasileiras a partir da década de 1930, a sede de poder e status paulista foi saciada. Na análise do historiador, a USP de fato consolidou uma elite intelectual e política no país. Mas, em decorrência dessa origem que ele classifica com enviesada, houve consequências à estrutura da Universidade.

> **Por mais que a USP tenha sofrido muitas transformações ao longo desses 90 anos, ainda persiste nas suas estruturas um quê de exclusivismo.**
>
> *Marcus Vinicius da Costa, mestre em História Social pela FFLCH*

“Foi o grupo do Estadão que estabeleceu os parâmetros necessários para que a USP fosse criada. A movimentação dos atores que fizeram as visitas ao exterior no interesse de trazer possíveis professores ao Brasil, conhecido como as missões estrangeiras, é uma iniciativa do grupo de Júlio de Mesquita Filho. Eles foram os responsáveis por esse pensamento ao mesmo tempo inovador, mas bem conservador do ponto de vista prático na Universidade”, diz Bruno.

O PASSADO NÃO PASSOU

Na década de 1930, o racismo científico estava na “ordem do dia”. A título de exemplo, Bruno cita que Renato Kehl, eugenista brasileiro, ainda era uma grande autoridade e fazia diversos congressos pelo País. Como consequência desse contexto, a criação da USP herdou pensamentos similares no âmbito das produções acadêmicas e da formação do corpo docente e discente.

Marcus acredita que a maneira como a USP se estruturou ecoa até os dias atuais. “A sua formação está na essência da Universidade. Por mais que a USP tenha sofrido muitas transformações ao longo desses 90 anos, existe ainda um elitismo muito forte, a começar pelo vestibular ou pela forma como ela ainda é administrada. Não existe uma preocupação com a democratização do ensino”, completa o historiador.

Alguns fatos gritam: a USP foi, por exemplo, a última das grandes instituições de ensino superior a aderir às cotas raciais. A postura inerte se repete com o debate atual acerca das cotas trans, já adotadas em algumas universidades federais como a UFBA, UFSC e, no Sudeste, a UFABC.

A construção da memória histórica uspiana também revela esse classismo. Para o pesquisador da FFLCH, esse teor está explícito nos discursos da administração da Universidade. “Os reitores sempre têm um discurso memorialista falando que as elites paulistas sempre estiveram interessadas na educação. A história institucional da USP é romantizada”, explica.

Ainda segundo Marcus, as escassas conquistas que caminham no sentido da ampliação do acesso à Universidade foram conseguidas por meio da luta de pessoas que não compõem a elite universitária. “Existe um esforço popular para democratizar a partir da pressão dos estudantes, que foi vitoriosa ao concretizar as cotas. Mas a democratização da USP não para aí, acredito que principalmente o âmbito da permanência estudantil é agora o maior desafio”.

Entre lutas pela democratização do ensino e oposições conservadoras dentro da Universidade, a USP completa 90 anos. “Apesar de tudo, existem movimentos populares, associações estudantis, e eu acho que é isso que torna a USP uma das melhores instituições do país.”, conclui Marcus.

TULIO GONZAGA [FOTOMONTAGEM]/JC FOTOS/ACERVO PÚBLICO 1: ARQUIVO NACIONAL 2: REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA 3: ACERVO USP 4: ACERVO USP 5: CPDOC FGV 6: ACERVO ESTADÃO

SAÚDE

Barbeiros no campus não preocupam especialistas

Apesar da comunicação com alarde, espécie prevalente na Cidade Universitária tem baixo potencial de infecção

BEATRIZ PECINATO, GABRIEL BUSSOLOTTI SILVEIRA E **MARIANA ROSSI** [REPORTAGEM]

"INSETO BARBEIRO ENCONTRADO NO CAMPUS DA USP". Foi com esse título, escrito em caixa alta como a abertura deste texto, que a comunidade USP se deparou ao abrir o e-mail enviado pela Prefeitura do Campus da Capital no dia 18 de dezembro de 2023. A mensagem informava que os insetos achados estavam infectados com *Trypanosoma cruzi*, agente causador da Doença de Chagas. Análises posteriores, porém, indicaram que a espécie na Cidade Universitária tem baixo potencial de contaminação.

Para Daniel Baracho, estudante de biologia da Universidade de São Paulo, a mensagem não causou preocupação por conta de seu conhecimento do assunto, mas ressalta: "Tanto o título como o início do corpo do texto podem gerar alarme, talvez pânico, em algumas pessoas".

O site do Governo Federal define a Tripanossomíase americana – outro nome dado a Doença de Chagas – como uma infecção causada pelo protozoário *Trypanossoma cruzi*. Entre seus sintomas, estão a febre prolongada, dor de cabeça e inchaço no rosto ou nas pernas. Sem o tratamento adequado, após cerca de 20 ou 25 anos, o paciente pode apresentar outros sintomas como a insuficiência cardíaca, característica pela qual a doença é mais conhecida, e problemas digestivos, como o desenvolvimento do megacólon e megaesôfago.

Em humanos, a infecção ocorre, geralmente, pelas fezes de um barbeiro contaminado. "Quando esse inseto chupa o sangue de um indivíduo infectado, seja um ser humano ou um mamífero pequeno, como um gambá ou um tatu, ele adquire o parasita – que sofre transformações no intestino dele e se diferencia em tripomastigota metacíclico, que é a forma infectiva", explica Silvia Beatriz Boscardin, professora do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP. "Então, quando esse barbeiro pica para se alimentar de um novo hospedeiro, ele defeca. A contaminação acontece na hora que se coça a área, porque as fezes são transportadas para dentro do local da picada".

1

ESCLARECIMENTOS

Paulo Andrade Lotufo, superintendente de Saúde da USP, ressalta que há uma diferença entre os tipos de insetos, a quantidade de parasitas que carregam e os habitats. Parte da transmissão da doença acontece pelo Triatoma infestans, uma espécie de barbeiro que carrega uma grande quantidade de tripanossomas, protozoários responsáveis por causar a doença. Esses insetos costumam se aninhar em habitações humanas, o que facilita a infecção.

Os encontrados na USP correspondem à espécie *Panstrongylus megistus* que, segundo Paulo, costumam viver em áreas de mata sem contato com os humanos e carregam quantidades pequenas de protozoários quando comparados ao gênero Triatoma. "A capacidade de transmissão do *Panstrongylus megistus* é baixíssima", afirma.

Silvia reforça que esse tipo de barbeiro é muito comum em grandes reservas. Natural da Mata Atlântica, esses insetos vivem em ambientes úmidos e escuros, geralmente em árvores e tocas. "A USP é superarborizada, acho natural que isso [a presença de barbeiros] fosse acontecer. Mas a chance dele sair da toca a noite e te picar é muito baixa", enfatiza.

Sem explicações claras, novos e-mails ou comunicados oficiais sobre o assunto, a situação com os barbeiros se tornou uma incógnita aos estudantes. "Foi um e-mail e não falaram mais nada. Isso dá um sentimento de que a situação está sob controle", conta Daniel. Ao mesmo tempo, o aluno relata que, por seu curso estar próximo da Reserva Florestal da USP, fica preocupado – tanto em relação aos insetos, quanto à presença de pequenos mamíferos que são reservatórios de doenças.

> **É óbvio que iam achar um barbeiro no campus. Mas isso não significa que seja um perigo para a saúde dos estudantes**
>
> *Silvia Beatriz Boscardin, professora do ICB-USP*

2

O QUE, DE FATO, FAZER?

Segundo Paulo, a abordagem no e-mail que pedia aos alunos para coletarem os barbeiros com uma pinça e um pote foi um equívoco. "A estratégia é até cômica, porque não são itens que um estudante comum carrega em sua circulação na universidade, como luva, pinça e recipiente", diz o estudante Daniel. Silvia também entende que esse pedido não foi uma medida efetiva.

A ação mais importante, conforme o superintendente de Saúde, é não alimentar os animais que frequentam o campus, como cães, gatos, ratos, saruês e saguis. "Se os mamíferos que habitam essas matas forem atraídos para edificações, eles trarão consigo alguns barbeiros", explica.

Essa, no entanto, é uma prática comum. "Já presenciei pessoas alimentando micos perto do IGc (Instituto de Geociências)", conta Daniel. "E isso é um problema. Para além das doenças, pode causar diabetes e problemas gastrointestinais nos micos, além de questões dentro da ecologia da população."

A professora do ICB ressalta que não há risco de contaminação pela mordida desses mamíferos, já que o protozoário não é encontrado na saliva, mas sim na corrente sanguínea. "É mais fácil pegar outra doença desses animais, como a raiva, do que ser infectado pelos insetos.", completa.

1 : **ETEK** [ILUSTRAÇÃO] 2 : **ESTER DE BRITO** [ILUSTRAÇÃO]

► EPIDEMIA

Saúde não vê situação de emergência de **dengue** na USP, mas focos preocupam comunidade

Alunos e moradores relatam insegurança no campus e observam falta de posicionamento institucional

ALESSANDRA UENO, BÁRBARA BIGAS E GUSTAVO R. DA SILVA [REPORTAGEM]

Sol, calor, chuvas intensas e dengue. É assim que o ano costuma iniciar no Brasil. "Nessa época do ano já é esperado um maior número de casos de dengue no país todo, é o período de sazonalidade", explica Luiz Artur Caldeira, coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo.

Os meses de março e abril marcam o início da sazonalidade, mas em 2024 ela começou a ser observada em janeiro, o que levou a decretos de emergência no estado de São Paulo em 5 de março e na cidade de São Paulo em 18 de março. O calor e chuvas intensas aumentam as chances do acúmulo de água parada, o que favorece a proliferação de mosquitos da dengue.

No boletim epidemiológico da Prefeitura de São Paulo anterior à publicação desta reportagem, o bairro do Butantã, onde a USP se localiza, registrou 605 casos. Bairros próximos como Rio Pequeno e Jaguaré registraram 1035 e 394, respectivamente. "Observamos que a média de casos desses bairros é inferior à média da cidade. A zona Oeste não é, neste momento, um grande foco de transmissão da dengue", comenta Luiz. O total de casos na cidade, de acordo com o mesmo boletim, é de 145.926.

E dentro da Cidade Universitária, local com grandes extensões de mata, o *Aedes aegypti*, transmissor da doença, tem algumas desvantagens. "Quem mais cria condições propícias a esse mosquito é o homem. Ele não sobrevive muito no mato porque tem outras espécies disputando, não é algo tão simples", afirma Paulo Andrade Lotufo, superintendente de Saúde da USP.

A atenção, contudo, deve ser mantida devido à grande circulação de pessoas no campus diariamente. "Uma pessoa que mora na zona Norte pode vir contaminada para o campus. Aí, o mosquito que está no campus e que não estava contaminado se contamina ao picar essa pessoa e, ao picar o colega, transmite a doença", acrescenta Caldeira.

A estudante de Jornalismo na USP Luíse Homobono teve dengue pela primeira vez no início do mês de março e perdeu a primeira semana de aulas. "Foi horrível ter dengue, ainda mais estando sozinha, ter que faltar às aulas e perder dias de estágio". A aluna diz não se sentir segura contra o *Aedes* no campus, uma vez que já encontrou focos de água parada.

André Vieira, diretor da Associação de Moradores do CRUSP (AmorCrusp), pontua que os focos também afetam o conjunto residencial. "Infelizmente, tem algumas regiões com lixo e cascas de palmeira que acumulam água e não estão sendo recolhidos com a rapidez necessária". No bloco F e no bloco A, existem hortas que, com frequência, acumulam água parada. "A zeladoria do CRUSP já limpou parte das hortas e até retirou as grades enferrujadas, mas a velocidade da limpeza está muito aquém do que é necessário."

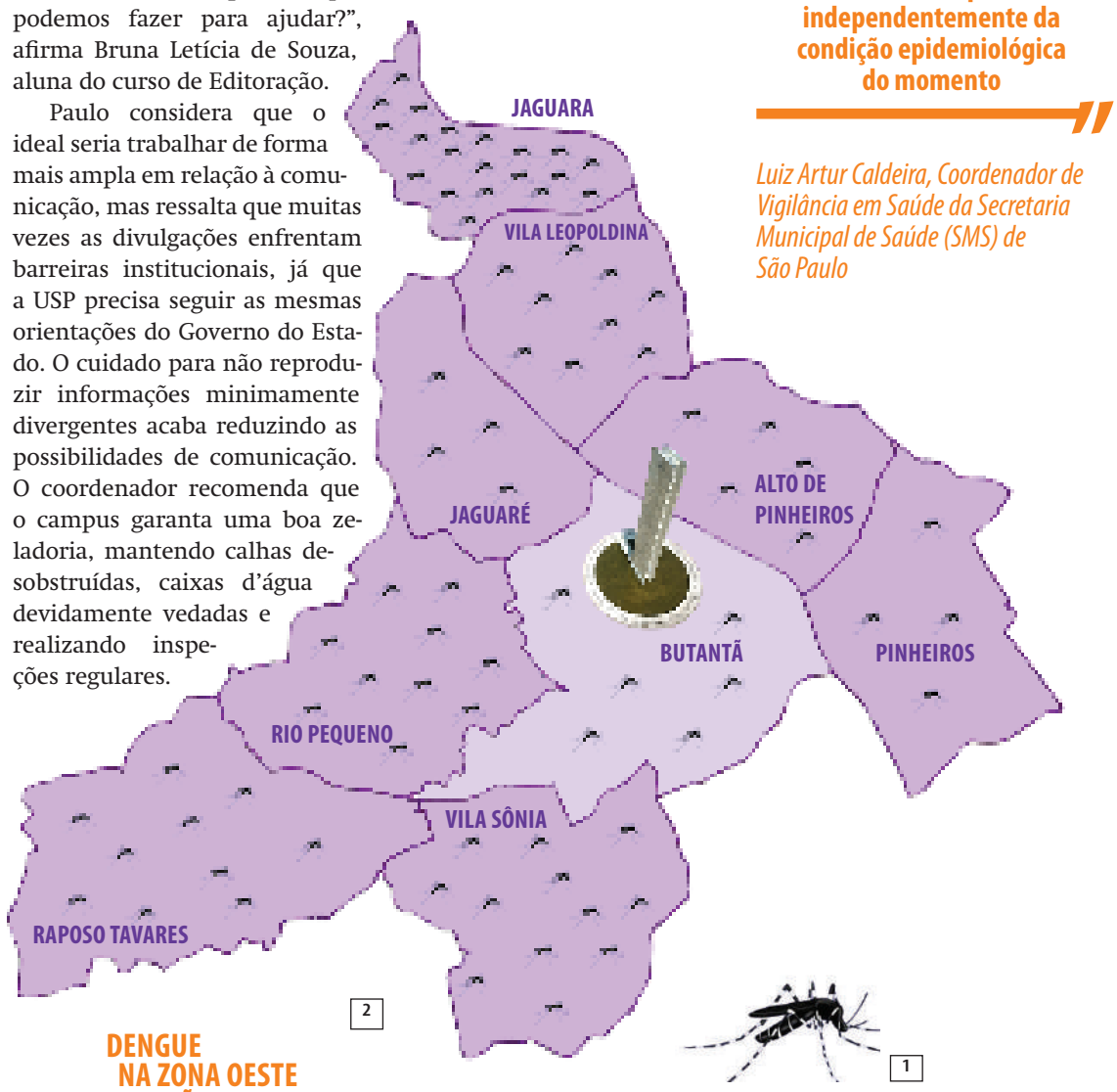
Porém, o superintendente de Saúde reforça a necessidade de analisar o contexto de emergência sanitária causada pela dengue em todo o município. "A Universidade não está isolada da cidade. Nós só podemos discutir essa questão em um contexto geral, até porque a maior parte da exposição que todos nós temos é fora do campus", afirma.

Na Cidade Universitária, os estudantes sentem falta de uma postura mais comunicativa da Universidade. "Não teve conversa com os alunos e é muito importante ter esse diálogo. Ter um momento em que a gente conversa e entende o que está acontecendo. Quantos pegamos dengue? Quantos casos foram contraídos no campus? O que podemos fazer para ajudar?", afirma Bruna Letícia de Souza, aluna do curso de Editoração.

Paulo considera que o ideal seria trabalhar de forma mais ampla em relação à comunicação, mas ressalta que muitas vezes as divulgações enfrentam barreiras institucionais, já que a USP precisa seguir as mesmas orientações do Governo do Estado. O cuidado para não reproduzir informações minimamente divergentes acaba reduzindo as possibilidades de comunicação. O coordenador recomenda que o campus garanta uma boa zeladoria, mantendo calhas desobstruídas, caixas d'água devidamente vedadas e realizando inspeções regulares.

> **O alerta no campus para prevenção deve ser mantido o tempo todo, independentemente da condição epidemiológica do momento**
>
> *Luiz Artur Caldeira, Coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Paulo*

Para denunciar possíveis focos de dengue no campus Butantã, basta entrar em contato com a Prefeitura do Campus por meio do e-mail pusp.c@usp.br, indicando o local do possível foco.



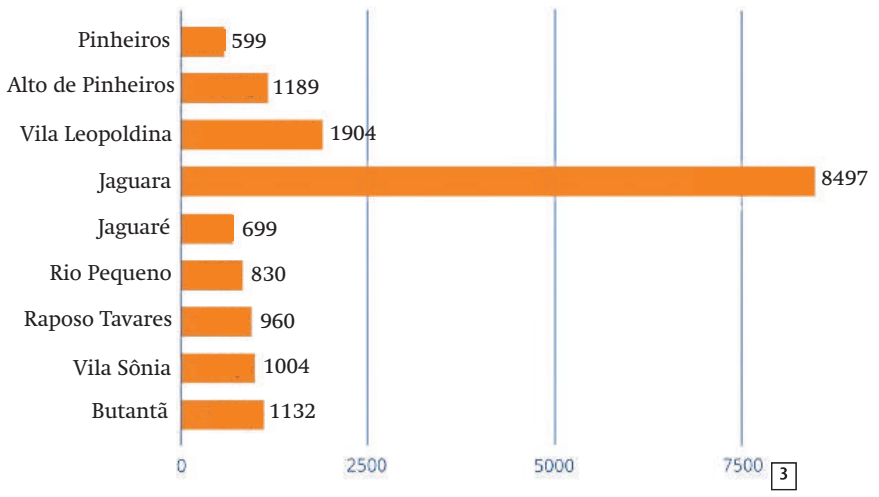
2

DENGUE NA ZONA OESTE DE SÃO PAULO

1

Cada mosquito Aedes aegypti no mapa corresponde a 100 casos

INCIDÊNCIA DE DENGUE NOS BAIRROS PRÓXIMOS À USP POR 100.000 HABITANTES (31/3 a 6/4)

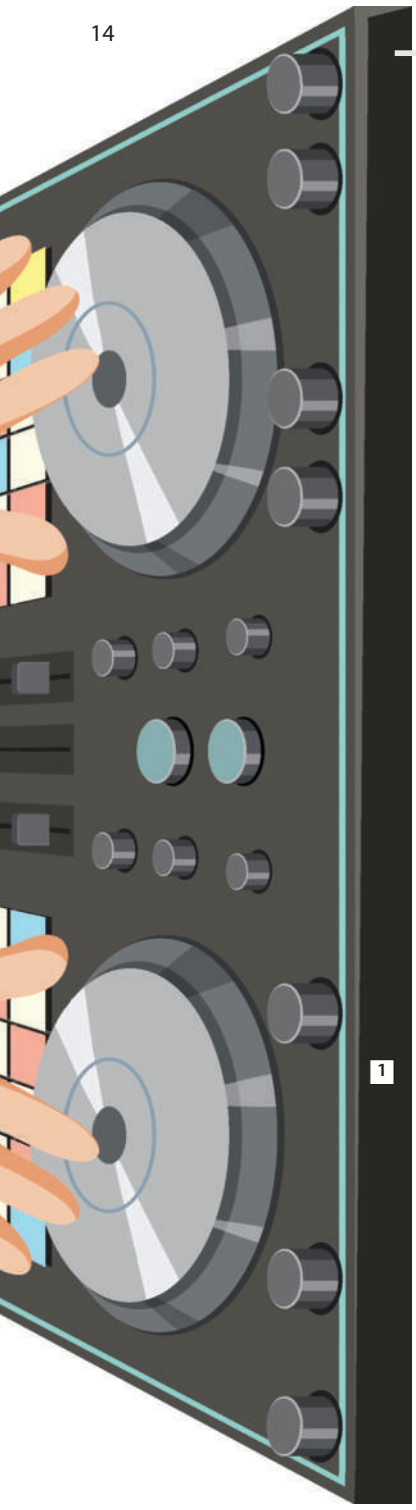


3

A taxa de incidência corresponde ao número de casos confirmados dividido pelo número de habitantes do bairro e, por fim, multiplicado por 100.000. Ela serve para fornecer uma melhor base comparatória entre variações geográficas e temporais.

Fonte: DATASUS

1: **ETEK** [ILUSTRAÇÃO] 2: **JULIA ESTANISLAU/JC** [MONTAGEM] 3: **BILLIE C. FERNANDES/JC** [ILUSTRAÇÃO]



1

"Toca um techno aí, por favor"

Quem são os DJs da USP?

Tocar no campus é estratégia de permanência e pertencimento universitário

CAROLINA SENA
E SUELYTON VIANA [REPORTAGEM]

É sexta-feira à noite e as festas organizadas por estudantes movimentam o ambiente universitário. Em um canto de qualquer uma dessas festas, por trás de uma mesa controladora que toca desde MPB até funk, é provável que você encontre alguém como Caroline Peralta, estudante de Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), Takahara dos Santos, estudante do Instituto de Química (IQ-USP) e também Mari Aleixo e Rafa Kim, ambos estudantes de Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Esses jovens são alguns dos disc jockeys (DJs) que apresentam sua musicalidade no campus.

Ingressante no ano de 2018, DJ Peralta – como Caroline é mais conhecida – se envolveu com os eventos universitários durante a pandemia de Covid-19 para evitar o completo distanciamento. Durante o período de isolamento, foi DJ de festas virtuais, que ajudavam os alunos a se conhecerem para além das aulas feitas por transmissão on-line. Com o fim das limitações sanitárias, a jovem ganhou experiência e hoje é conhecida por tocar em festas dentro e fora do campus.

Foi também a pandemia que inspirou o DJ Takahara a sair de Campinas para estudar na USP em 2022, mas ele confessa que o que o fez continuar no curso até então foi despontar como DJ em 2023. "Ser DJ me fez frequentar mais à faculdade, e ir mais às aulas, porque eu tinha que estar aqui de qualquer jeito, e fazer muito mais coisas, conhecer mais gente. Me senti mais acolhido", explica.

A dupla de DJs MariKinha, junção do nome de Mari e sobrenome de Rafa, viu na discotecagem uma forma de trazer representatividade, dividindo-se entre tocar funk, comum na região em que Mari cresceu, e k-pop, gênero musical do país da família de Rafa. Como pessoas não binárias, na setlist das duas não faltam músicos LGBTQIAPN+.

Há quem pense que o trabalho como DJ não tenha grande significado, mas para alguns a discotecagem é uma maneira de expressão artística e afirmação política dentro da universidade.

"Principalmente a gente que toca num lugar como a USP, muito elitista, é uma forma de mostrar de onde viemos, quem a gente é. Rafa pega mais para esse lado das pessoas trans. Para mim é sobre colocar a favela dentro da faculdade, sabe? Sempre que eu vejo pessoas que são de origem parecida com a minha curtindo, eu fico bem feliz", relata Mari.

Encontrar uma atividade extracurricular significativa pode ser essencial para a permanência de alunos durante a graduação. Nesse cenário, DJ Peralta afirma: "Se eu não fosse DJ, provavelmente iria conseguir me formar, mas sem nenhuma perspectiva enquanto artista. Essa é uma pergunta que me faço com certa regularidade. A permanência é só dar as condições estruturais para nossos estudos? Acho que não".

Ainda tendo a permanência como prioridade, o Sindicato de DJs da USP (SINDJUSP), que surgiu primeiramente como uma piada de Takahara, hoje em dia assume o papel de promover oficinas de discotecagem no campus em parceria com coletivos de arte como o Canil, da ECA-USP, que servem para fomentar a cooperação entre os alunos, essencial para preparar a próxima geração por trás das mesas controladoras.

"Essas oficinas são importantes porque os atuais DJs da USP são pessoas que não vão mais frequentar a universidade em algum momento. Afinal, vão se formar e vão começar a tocar em outros lugares", explica Rafa. "Vai ter de haver essa renovação, com novas pessoas para tocarem novos sets."

VEJA PROGRAMAS CULTURAIS IMPERDÍVEIS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

SUELYTON VIANA [TEXTO]

2

1 OSUSP

Na Orquestra Sinfônica da USP, acontecem concertos gratuitos e de acesso livre para todos os públicos. Para garantir o ingresso, é preciso acessar o aplicativo AppTicket e mostrá-lo na entrada. Não há código de vestimenta.

Endereço: Anfiteatro Camargo Guarnieri, Rua do Anfiteatro, 109
Funcionamento: aos sábados às 16h.

3

2 CINUSP PAULO EMÍLIO

O Cinema da USP é gratuito, com programações que se renovam, em média, a cada três semanas. Cada mostra tem um tema único e a curadoria escolhe filmes que não se limitam a um só gênero ou país de origem.

Endereço: Anfiteatro Camargo Guarnieri, Rua do Anfiteatro, 109
Funcionamento: segundas às sextas-feiras, às 16h e 19h.

4

3 BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

A Brasiliana tem um raro acervo com mais de 60 mil livros, que pode ser consultado presencialmente mediante agendamento. No espaço também acontecem exposições e concertos gratuitos ao longo do ano.

Endereço: Espaço da Brasiliana, Rua da Biblioteca, 21
Funcionamento: segundas às sextas-feiras, das 8h30 às 18h30.

5

4 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

O MAE tem um acervo arqueológico único e também exposições temporárias, ambos de acesso gratuito. As visitações livres não precisam de agendamento, mas as visitas guiadas devem ser agendadas.

Endereço: Avenida Professor Almeida Prado, 1466
Funcionamento: segundas às sextas-feiras, das 9h às 17h.

6

5 TUSP

O Teatro da Universidade oferece uma programação teatral, mostras e ações próprias com entrada gratuita ou paga. A comunidade USP (alunos, docentes e funcionários) paga meia-entrada. Agenda disponível no site.

Endereço: Anfiteatro Camargo Guarnieri, Rua do Anfiteatro, 109
Funcionamento: horários conforme apresentações.

1: **VECTEEZY** [ILUSTRAÇÃO] 2,3: **BEATRIZ PECINATO/JC** [FOTO] 4: **TULIO GONZAGA/JC** [FOTO] 5: **SUELYTON VIANA/JC** [FOTO] 6: **MARCOS SANTOS/USP IMAGENS** [FOTO]

Registros de uma História Inconsolável

JÚLIA MOREIRA
E **NICOLAS VAZ COELHO** [REPORTAGEM]

Na censura de um grito livre, seu desespero entoava um recomeço. Com os vidros do carro fechados e a necessidade de reconstruir todo o seu projeto de vida, ela dirigia pela Marginal, angustiada e reduzida ao essencial. O ano era 1971 e Lílian Meyer era recém-liberta pela Operação Bandeirantes (OBAN), investida do Exército para caçar opositores do Regime Militar.

Quase como um legado geracional, uma memória falada, a frase de seu pai emerge na entrevista, intitulando agora o momento inconsolável: "Não existe tortura até que você seja torturado''.

Estudante durante a Ditadura e hoje psicóloga formada pela Universidade de São Paulo (USP), Lílian, quando foi presa, fez questão de que houvesse testemunhas para que não fosse morta. Ela tinha que voltar. Por mais de 15 anos, ficou sem se lembrar de todos os fatos, até que uma entrevista os reavivou. Mesmo que a dor da lembrança incidisse em uma ferida impossível de esquecer.

Ainda que a USP fosse uma ilha, um lugar onde se respirava resistência, você poderia se afogar antes que chegasse à margem. O grito seco na garganta era atômico, abrasivo. Para quem viveu na pele, a sensação é difícil de esquecer: assustadora. Alberto Alonso, estudante de geologia e integrante ativo do movimento estudantil em 1968, revisita o temor de sair do campus durante a repressão. "Medo… muito medo. Sair da cidade universitária era uma temeridade, de encontrar uma batida policial, era preciso ter cautela.''

Para Wilson Bueno, o período mais intenso da ditadura significou sua mudança para Londrina, um lugar menos "barra pesada", afastando-se do cargo de docente na USP. Mas ele voltou a São Paulo quando soube que seu amigo e compadre, Jair Borin, havia sido preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). "Eu não tive medo, esse risco de negar minha amizade por conta da repressão nunca passou pela minha cabeça.''

Em relações que ultrapassam a luta escalonada, talvez a verdadeira memória inconsolável seja o sentimento da saudade e das possibilidades do que poderia ter sido. Em uma viagem por prateleiras mentais, a dor fantasma é sempre a mesma. É o sofrimento, mesmo depois de cessada a agressão.

Na história de Adriano Diogo, a participação na luta foi como um chamado de vida. Expulso da escola durante o Ensino Médio por participar de intimidações contra a seleção estadunidense nos jogos Pan-Americanos de 63, em São Paulo, foi-lhe dito que não poderia entrar na USP, ainda que o futuro reservasse o contrário. Em 1969, ele passou no Instituto de Geologia, que se resumia a alguns barracões. "Aí eu fiquei quietinho, né? Bom, já que eu entrei na USP, não vou me meter em confusão. Não vou me meter em movimento estudantil."

Mas o silêncio não é uma opção para aqueles que anseiam por justiça. Conhecido como Mug, o recrutamento de Adriano ajudou no transporte de pessoas e materiais. Ele era um dos únicos estudantes com carro na época.

Naquele tempo, nas pequenas brechas da ditadura, a luta dos estudantes era calculada em uma batalha suprimida, ainda que conjunta. Ser parte de um movimento? Um risco. Valia a pena? Um simples panfleto poderia ser subversivo.

"Aí você imagina, eu tinha 19 anos, saía todo dia da USP para encontrar companheiros foragidos, e que se fossem pegos, seriam mortos", relembra. Adriano foi preso em 1973, enquanto ele e sua esposa se preparavam para fugir. Quando saiu da prisão dois anos depois, não queria mais ser geólogo. Sua atuação na revolução não poderia ser daquela forma, a repressão não conseguiu cessar seu desejo por mudança.

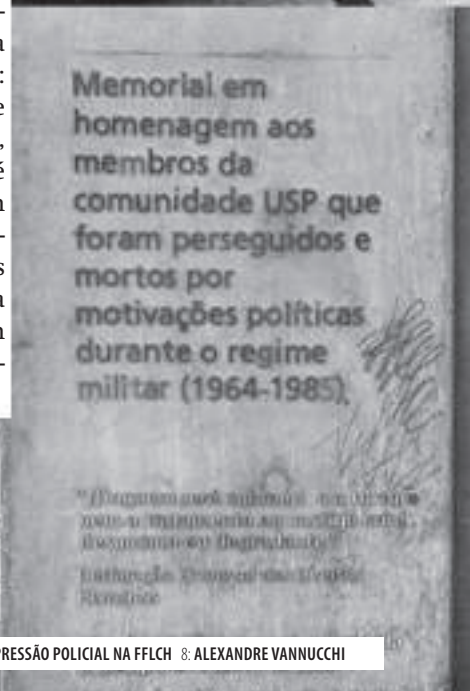
Em uma guerra inquietante, a dissolução dos movimentos estudantis em 1973 fez com que a luta fosse parar nas entrelinhas da clandestinidade. "O recado estava dado: não se metam", relembra Lílian. Mas ela, Adriano e Alberto estavam bem ali, na linha de frente. Personagens ativos da luta estudantil e amigos de Ronaldo Mouth Queiroz e Alexandre Vannucchi Leme, ambos vítimas fatais da repressão, eles uniam esforços em uma tentativa de nutrir uma democracia que estava anêmica de igualdade e direitos.

No escapismo da dura realidade, o trio performava um sonho de liberdade, e a arte, então, tornou-se uma aliada no movimento. Os vocacionados a viram como um suspiro, um mantra que aliviava a tensão dos dias. As histórias contadas aqui se cruzam, não apenas na luta declarada, mas nas sutilezas da arte.

Enquanto cultura, o teatro operava como um reduto, onde as manifestações pela liberdade encontravam abrigo. Lílian, por exemplo, brilhou nos palcos interpretando Doris Day, quando integrou um grupo de teatro amador no Sesc. Ela tinha vontade de viver e era jovem: "Havia alegria também".

A liberdade, na epifania de um sonho tácito, era o melhor regime para viver consigo mesmo. Para Wilson, valeu a pena a resistência, porque não havia coisa pior do que viver à margem dos poderosos. "Isso eu aprendi com a ECA", contou.

Ainda que essa fosse a antítese de um emaranhado de angústia e medo, o otimismo batia a porta, eles foram em frente: "Enfrentei a ditadura. Eles me trucidaram. Mas eu estou vivo, enfrentando esses caras até hoje", enfatiza Adriano. Foram anos cruéis, injustos e desumanos. Deixar barato, mesmo após 60 anos do período, não é uma escolha. Em sinapses que fluem pela mente, corpo e tempo, o registro não pode ser apagado.



FOTOS EM SENTIDO HORÁRIO/ACERVO PÚBLICO: 1: REUNIÃO DA UNE NA FAU 2: MANIFESTAÇÃO DE ESTUDANTES 3: RONALDO QUEIROZ 4: BATALHA DA MARIA ANTÔNIA 5: MEMORIAL DA DITADURA 6: BATALHA DA MARIA ANTONIA 7: REPRESSÃO POLICIAL NA FFLCH 8: ALEXANDRE VANNUCCHI